



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Norte de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : WHITE STONE MINERACAO LTDA
CNPJ/CPF : 23.891.350/0001-90
Empreendimento : WHITE STONE MINERACAO LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rodovia MG 308 número/km Km 35 Bairro Zona Rural Cep 39390-000 Bocaiúva - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Bocaiúva (LAT) -17.2665, (LONG) -43.1204
Fator locacional resultante : 2
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAC2
Processo Administrativo Licenciamento : 1013/2024

Motivo da decisão:

As principais inconsistências que resultaram no arquivamento do processo administrativo anterior (PA nº 1458/2022), não foram sanadas no processo ora analisado, quais sejam: falta de área para disposição do rejeito/estéril e a não definição da área de influência real das cavidades subterrâneas. Além disso, a área de intervenção requerida no Processo SEI 2090.01.0020009/2024-15, já não corresponde à realidade atual do empreendimento, tendo em vista, novas intervenções sem autorização do órgão ambiental competente.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Montes Claros, 11/10/2024.

Documento assinado eletronicamente por MONICA VELOSO DE OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 11/10/2024 15:13 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.